

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. 2005. *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica. 320 pp.

Miriam de Oliveira Santos
(FSMA)

O livro faz parte da Coleção Cultura Negra e Identidade e é uma versão da tese de livre docência da autora obtida na Universidade de Campinas em 2003. Esta tese foi publicada primeiro em Portugal em 2004, o que faz com que ao ler o livro reconheçamos as palavras, mas estranhemos a construção das frases. Eventualmente um *autarca* empregado no lugar de burocrata e um *consciencializou* no lugar de conscientizou nos relembram sua origem lusitana. Mesmo tendo sido traduzido para o português do Brasil, a alma portuguesa do livro continua impregnada nele.

O duplo olhar da antropologia e da educação está ligado à trajetória de Neusa Gusmão: graduação, mestrado e doutorado em ciências sociais e o exercício profissional na Faculdade de Educação. Nas palavras da autora: “Na relação entre antropologia e educação abre-se um espaço para debate, reflexão e intervenção, que acolhe desde o contexto cultural da aprendizagem, os efeitos sobre a diferença cultural, racial, étnica e de gênero, até os sucessos e insucessos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança”.

E é por isto que ela busca como objeto de estudo as crianças e os jovens “africanos nascidos em Portugal” que “afirmam-se cabo-verdianos, angolenses, são-tomenses, sem nunca lá terem estado”, o que ecoa como “os migrantes que nunca migraram” de que falava Saiad.

No entanto, mais do que a migração, é a questão racial que interessa a autora. Neusa define como tema central do livro a condição étnica decorrente da origem e da cor. “A mesma razão tornou significativo o desvendar das estratégias de sobrevivência dos indivíduos e grupos, dificuldades e rupturas que vivenciam como grupos ou membro de um grupo particular, no interior do qual os mecanismos de convivência étnica e racial são elaborados e transformados pelo contato e confronto com a sociedade nacional em que se inserem”.

A especialidade da autora são os estudos sobre negritude, talvez por isto o livro cresça quando ela analisa preconceito e auto-estima, mas se ressinta da falta de diálogo com os trabalhos sobre imigração. Mesmo a questão dos diferentes *status* desta população “africana” em Lisboa não é suficientemente explorada.

Campos 9/1: 191-193, 2008. Apesar de a autora falar em africanos, luso-africanos e novos luso-africanos, tem-se

a impressão que o grande problema é a cor e que ela apaga todas as outras diferenças. Mas a própria etnografia da autora demonstra que ser imigrante legal ou ilegal e possuir ou não a cidadania portuguesa são detalhes que fazem diferença.

O livro está dividido em sete partes: uma introdução e mais seis capítulos que buscam dar conta do que é ser “africano” em Lisboa e das relações da escola com os jovens imigrantes e filhos de imigrantes.

Nos três primeiros capítulos, a autora realiza uma revisão teórica e apresentação de conceitos, apoiando-se em vários autores portugueses, o que por vezes resulta na utilização do vocabulário nativo ao falar dos “africanos”, subsumindo as diferenças regionais e culturais nesta categoria. Quando transcreve as entrevistas é possível observar que, para os “africanos”, a divisão e a diferença são bem claras. Eles falam em cabo-verdianos, angolanos, guineenses, são-tomenses. Parece-nos que, apesar disto, a autora insiste na unificação e homogeneização ao falar da origem “africana”.

Um diálogo com outros autores que trabalham com imigração ajudaria a perceber que o caso estudado não é tão “típico” assim; o estar aqui e lá, o cuidado coletivo de jovens e crianças são estratégias também adotadas por outros grupos de imigrantes. O que unifica os comportamentos não é tanto o pertencimento regional, ter vindo da África, mas o pertencimento de classe. “A família africana alargada” descrita pela autora nada mais é que uma estratégia de sobrevivência muito utilizada pelas classes pobres em todos os continentes – inclusive pelos portugueses que, durante muitas décadas, enviaram seus filhos para o Brasil para morar com tios e assim “fazer a América”.

O que seria específico, a visibilidade que a negritude proporciona, também não é uma característica tão exclusiva assim: mexicanos nos Estados Unidos e asiáticos em diversos países da Europa também se destacam no conjunto da população. E é importante sublinhar que esta visibilidade não é dada só por características físicas mas também pelas culturais, que o digam os muçulmanos em Paris.

A autora utiliza Wacquant para a comparação entre os bairros negros de Lisboa e os guetos étnicos norte-americanos, mas nos parece que, até pela afinidade temática, o autor que deveria ser lembrado é Foote Whyte e seu *Street Corner Society* (recentemente traduzido pela Jorge Zahar) .

Ao longo de todo o livro a autora narra a maneira como as políticas públicas afetam esta população pobre e migrante, e é impossível para o leitor carioca não pensar nas políticas de “bota-abixo” do prefeito Pereira Passos que, derrubando os cortiços para abrir a então Avenida Central, transferiu para os morros e subúrbios os pobres da cidade. Observamos na transferência dos moradores das “Aldeias D’África” ou “bairros de lata” de Lisboa o desejo de *tabula rasa*, termo latino utilizado para definir o desejo de destruição ou abandono e de abertura de espaço para “novas criações”, isto é, para a “modernização” do bairro. Neste sentido o PER – Plano Especial de Realojamento é visto como “civilizador” por parte da opinião pública e daqueles que o implantam.

O livro ganha em ritmo e sabor quando a autora parte para o relato da sua experiência etnográfica. No quarto capítulo somos apresentados ao bairro de Quinta Grande e seus problemas, de maneira especial as disputas étnicas e geracionais. As disputas não são apenas entre as nacionalidades, mas freqüentemente atingem também o nível de antagonismos tribais.

No quinto capítulo a autora busca as representações presentes no universo simbólico de crianças migrantes e/ou filhas de imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Ao analisar desenhos e textos, a pesquisadora explora uma metodologia interessante, mas tem dificuldades para separar o desejado do

real. É necessário discernir nas palavras do informante aquilo que é idealização e o que realmente acontece.

O sexto capítulo, “Políticas Multiculturais: igualdade e violência”, analisa o papel da escola na transformação da sociedade e, especialmente, um projeto implantado na escola de ensino básico do bairro de Quinta Grande intitulado “Entreculturas”. A escola é vista não somente como difusora da cultura nacional, mas como uma instituição que, da mesma forma que os projetos urbanísticos, exerce um papel civilizador. É através da escola que se impõe uma cultura nacional.

Neste capítulo Neusa Gusmão relata também a remoção dos habitantes de “Quinta Grande” para um bairro social e suas conseqüências. Sentimos falta de uma comparação com o processo de remoção de favelas do Rio de Janeiro nas décadas de 60 e 70, bastante semelhante àquele narrado pela autora, inclusive na questão do desenraizamento e do agravamento da violência.

É sobretudo com os capítulos finais que a obra de Neusa Gusmão mais contribui para a reflexão sobre a dificuldade de a escola absorver o diferente e de implantar políticas que sejam efetivamente multiculturais.

A pesquisadora encerra o livro justificando a escolha teórica de analisar o “bairro africano” de Lisboa através da escola e suas representações. Ao revisitar os termos multiculturalismo e interculturalismo e suas relações com a escola, ela assume que os discursos de inclusão e intenções de caráter multicultural não se coadunam com a prática condicionada por políticas públicas de intervenção. Mas acaba recaindo na antiga prática de colocar sobre os ombros do professor o peso da mudança ao afirmar: “Cabe ao educador (...) procurar compreender a razão de suas práticas e seus limites, questionando o que acredita ser correto e abrindo seu espírito a outras narrativas, em particular aquelas contadas pelo mundo da infância e da juventude”.

Miriam de Oliveira Santos, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professora da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora (Macaé, RJ).

